

# **DIRETRIZES DE INVESTIMENTOS**

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE  
HOLAMBRA IPMH**

**DEZEMBRO DE 2011**

## ***POLÍTICA DE INVESTIMENTOS***

***EXERCÍCIO DE 2012***

## ÍNDICE

<b>1 – INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2 – OBJETIVOS</b>	<b>3</b>
2.1 – Estrutura Organizacional para Tomada de Decisões de Investimentos	4
2.2 – Atribuições dos órgãos mencionados no subitem anterior	4
<b>3 – CENÁRIO ECONÔMICO PARA O EXERCÍCIO DE 2012</b>	<b>6</b>
<b>4 – MODELO DE GESTÃO</b>	<b>12</b>
<b>5 – ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS</b>	<b>13</b>
5.1 – Objetivos da Gestão de Alocação	13
5.2 – Segmentos de Aplicação	14
5.3 – Metodologia de Gestão de Alocação	14
<b>6 – DIRETRIZES PARA GESTÃO DOS SEGMENTOS</b>	<b>16</b>
6.1 – Metodologia de Seleção dos Investimentos	16
6.2 – Renda Fixa	16
6.3 – Renda Variável	17
6.4 – Imóveis	17
6.5 - Objetivos de Alocação	18
<b>7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>20</b>

## 1 – INTRODUÇÃO

Atendendo a legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em especial à **Resolução CMN n.º 3.922 de 25 de novembro de 2010**, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA-IPMH, apresenta sua Política de Investimentos para o exercício de 2012, devidamente aprovada pelo órgão superior de supervisão e deliberação.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativo aos investimentos dos RPPS. Empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância, ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o enquadramento entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

## 2 – OBJETIVOS

A Política de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração de grandes volumes de recursos e em ativos de baixo risco.

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a política estabelecerá a modalidade e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos normativos da Resolução nº 3922/10 do CMN.

## **2.1–Estrutura Organizacional para Tomada de Decisões de Investimentos**

A Estrutura organizacional do RPPS compreende os seguintes órgãos para tomada de decisões de investimentos:

- Conselho Administrativo;
- Conselho Fiscal;
- Superintendência.

## **2.2 – Atribuições dos órgãos mencionados no subitem anterior**

### **DOS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL**

- Decidir sobre a macro-alocação de ativos, tomando como base o modelo de alocação adotado;
- Aprovar os limites operacionais e os intervalos de risco que poderão ser assumidos no âmbito da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios;
- Aprovar o percentual máximo (com relação ao total da carteira) a ser conferido com os administradores/gestores de recursos dos planos;
- Determinar o percentual máximo do total de ativos dos planos a ser gerido como carteira própria;
- Aprovar os planos de enquadramento às legislações vigentes;

- Aprovar os critérios para seleção e avaliação de gestor(es) dos recursos dos planos, bem como o limite máximo de remuneração do(s) referido(s) gestor(es).

#### **DA SUPERINTENDÊNCIA**

- Definir os parâmetros a serem utilizados para a macro-seleção;
- Decidir acerca do número do(s) administrador(es)/gestor(es) externos de renda fixa e/ou variável;
- Propor o percentual máximo (com relação ao total da carteira) a ser conferido a cada administrador(es)/gestor(es);
- Propor modificações desse procedimentos aos Conselhos Administrativo e Fiscal;
- Assegurar o enquadramento dos ativos dos planos perante a legislação vigente e propor aos Conselhos, quando necessário, planos de enquadramento;
- Determinar as características gerais dos ativos elegíveis para a integração e manutenção no âmbito das carteiras;
- Aprovar os procedimentos a serem utilizados na contratação ou troca de administrador(es)/gestor(es) de renda fixa e/ou variável;
- Avaliar o desempenho dos fundos em que o RPPS for cotista, comparando-os com os resultados obtidos, em mercado, por gestor(es) com semelhante perfil de carteira;
- Avaliar propostas, desde que contidas na Política de Investimentos, submetendo-as, quando favorável, aos Conselhos Administrativo e Fiscal para deliberação;
- Apresentar informações necessárias à sua tomada de decisões, no âmbito dos investimentos dos planos de benefícios administrados pelo RPPS, para fins de: analisar os cenários macro-econômicos, político e as avaliações de especialistas acerca dos principais mercados, observando possíveis reflexos no patrimônio dos planos de benefícios administrados pelo RPPS; propor as estratégias de investimentos para um determinado período, com base na análise de cenários; reavaliar as estratégias de investimentos, em decorrência da previsão ou ocorrência de fatos

conjunturais relevantes que venham, direta ou indiretamente, influenciar os mercados financeiros e de capitais; analisar os resultados da carteira de investimentos do RPPS; fornecer subsídios para a elaboração ou alteração da Política de Investimentos do RPPS e acompanhar a execução da Política de Investimentos do RPPS.

### **3 – CENÁRIO ECONÔMICO PARA O EXERCÍCIO DE 2012**

A presente Política de Investimentos está baseada nas avaliações do cenário econômico para o ano de 2012, tendo-se utilizado, para tanto, dados e cenários constantes do Relatório de Inflação, publicação do Comitê de Política Econômica – COPOM, <http://www4.bcb.gov.br/?RELINF> e o Relatório de Mercado-FOCUS, <http://www4.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/readout.asp>, ambos na página do Banco Central do Brasil.

O Boletim Focus é um informe que relata as projeções do mercado com base em consulta a aproximadamente 100 (cem) instituições financeiras, e é divulgado semanalmente.

#### **Retrospectiva 2011**

O cenário econômico interno brasileiro foi bastante influenciado pela crise financeira internacional que se iniciou em 2008 e se potencializou durante 2010 e 2011.

Com o objetivo de reerguer os níveis de crescimento da economia americana e dos países integrantes da Zona do Euro, as respectivas autoridades monetárias praticaram políticas monetárias expansionistas com redução dos juros básicos a níveis próximos de zero e fartos aportes de recursos ao sistema financeiro, notadamente o bancário.

O desdobramento mais recente da crise financeira e econômica internacional de 2008-2009 foi o da insolvência das nações desenvolvidas. O grande acúmulo da dívida governamental fez estourar a capacidade de

endividamento dessas nações e causou uma enorme turbulência financeira ao provocar o temor de que essas nações não pudessem honrar seus compromissos e decretassem o calote da dívida. A principal consequência da crise das dívidas soberanas foi a grande instabilidade social causada pelos cortes dos benefícios sociais.

Em nações como o Japão - que detém o maior percentual de endividamento - a relação dívida/PIB já ultrapassa os 200%. Nos Estados Unidos, entretanto, esta maior dívida bruta entre todas as nações do mundo, que já supera os 14,3 trilhões de dólares. Neste ponto aliado às recentes crises de insolvência na Grécia, Irlanda e Portugal, e ao temor de que a Espanha, a Itália e a Grã-Bretanha também não consigam honrar seus compromissos, o mercado financeiro sofreu um forte abalo.

Porém, o estopim da segunda crise - que já vem sendo chamada de "déjà vu de 2008", por acontecer exatamente três anos depois do primeiro estouro da crise do subprime - se deu na desconfiança de que talvez os EUA não conseguissem honrar seus compromissos. A crise do limite de dívida dos EUA que levou a um longo processo negocial e de debate no Congresso Americano sobre se o país deveria aumentar o limite de dívida, e, caso afirmativo, em que montante, fez crescer a especulação internacional sobre a real capacidade de solvência americana. A crise forjou um fim quando um acordo complexo entre ambas as partes conseguiu elevar o limite de gastos em 31 de julho de 2011. Após a sua aprovação no Congresso e Senado, foi ratificado pelo Presidente Barack Obama, ficando o acordo conhecido como Budget Control Act of 2011 em 2 de agosto, data limite para o acordo. Porém, o mercado não reagiu positivamente ao acordo, e nos dias que se seguiram, a maior parte das bolsas de valores mundiais fecharam em forte queda.

Diante do quadro da crise, a agência de classificação de notas de crédito Standard & Poor's (S&P), rebaixou pela primeira vez na sua história a nota da dívida pública dos Estados Unidos de AAA para AA+, devido à crescente dívida e ao pesado déficit de orçamento. Imediatamente ao rebaixamento da nota de crédito dos EUA, as bolsas de valores mundiais calcularam altíssimas perdas. Seguiu-se ainda que os dados divulgados no mês de agosto apontavam que as economias da Zona do Euro haviam crescido menos do que o previsto sendo que algumas já estavam em profunda recessão. Depois de inúmeras perdas, algumas ações de bancos se recuperaram nas semanas seguintes de agosto

com os mercados acionários globais, em parte, recuperados após o rebaixamento da nota da dívida estadunidense.

Como reflexo direto destas medidas aqui no Brasil, percebemos a valorização do Dólar frente ao Real e elevação dos índices de inflação. A valorização do Dólar contribuiu para o arrefecimento da inflação no segundo semestre do ano. A valorização do Real ajudou que o Brasil controlasse a inflação interna, que é alimentada pela variação de preços externos, ou seja, de alguns produtos importados que influenciam a variação do IPCA.

O ano de 2011 iniciou com a elevação da Taxa SELIC Meta e, provavelmente, fecharemos o ano com uma taxa de 11,00%. Esta alta da taxa básica de juros de nossa economia brasileira e o sentimento de aversão a risco provocada pelo agravamento da crise financeira internacional trouxe forte volatilidade ao mercado e rentabilidades negativas significativas em termos percentuais nas cotas dos fundos IMA, no segmento de renda fixa.

A partir do segundo semestre, com o agravamento da crise, a autoridade monetária iniciou um processo de afrouxamento da política monetária com a conseqüente redução na taxa básica de juros da economia. Este fato proporcionou forte valorização dos fundos atrelados ao IMA contribuindo para que grande parte dos Regimes Próprios de Previdência Social conseguissem atingir a meta atuarial já no mês de setembro.

No segmento de renda variável, a variação dos principais índices, o IBOVESPA e o IBrX, ambos muito influenciados pelas ações de Petrobrás e Vale, visivelmente influenciadas pela fuga do capital estrangeiro da bolsa e pelos reflexos da crise financeira que afeta negativamente as economias norte americana e européia. Assim a volatilidade deu o tom aos mercados durante todo o ano de 2011.

## **Perspectiva para 2012**

### **Cenário Internacional**

O cenário macroeconômico internacional para 2012 é preocupante, um possível quadro de recessão não está descartado. As principais economias do mundo estão afundadas em dívidas. Em razão, principalmente, de injeção de

recursos na economia para dar liquidez ao setor privado na crise de 2008, e não se vislumbra na União Européia, uma saída para a solução da crise da dívida soberana dos chamados PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha), especialmente da Grécia. Há sem sombra de dúvida o risco de uma crise sistêmica no sistema financeiro mundial, já que os grandes bancos são os maiores credores destes países. O FED - Banco Central Americano, em sua reunião, de 21/09, observa os riscos atrelados à instabilidade do sistema financeiro. Devido à esta percepção, conservou a sua taxa básica de juros entre zero e 0,25, pelo menos até a primeira metade de 2013.

As projeções apontam para a manutenção de baixo crescimento e queda no nível de emprego para as principais economias. As medidas necessárias para a solução da crise na Zona do Euro, não devem ter como foco o combate à inflação, como pregava o BCE - Banco Central Europeu, mas sim o emprego. A China deve permanecer como o pilar de sustentação dos mercados de commodities, porém com a redução no crescimento, caso as economias da Europa e dos EUA entrem em recessão, uma vez que as políticas de estímulo, baseadas em estímulo aos investimentos levam à inflação, bolhas de ativos e empréstimos de alto risco no médio prazo. A expectativa sobre a economia chinesa é de crescimento um pouco abaixo do intervalo 8,5% e 9,0%.

É importante destacar os conflitos deflagrados em vários países do Oriente Médio e da África. O aumento dos preços de commodities, combustíveis e alimentos é um fator de tensão global. Este quadro sugere que alguns países em desenvolvimento ganhem destaque, especialmente os BRIC's , Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A dotação de recursos naturais, bem como o seu emprego de forma racional, ganha importância. O acidente nuclear na cidade de Fukushima, no Japão, por sua vez, revive o debate sobre as matrizes energéticas do futuro.

A economia mundial deverá apresentar crescimento médio de 3,5% em 2012, o PIB global de 2011 deve ficar em torno de 3,6% em 2011. A taxa de crescimento da economia dos países considerados desenvolvidos deverá ser moderada: EUA, 2,1%; Zona do Euro, 1,4%; Reino Unido, 1,0% e por fim Japão, com crescimento da ordem de 2,2%. O emprego deverá permanecer baixo nestes países e a Zona do Euro prosseguirá encarando períodos de instabilidade, com a probabilidade de provocar uma nova crise no sistema

financeiro. Os países emergentes e em desenvolvimento, deverão crescer 6,1%.

Pressões inflacionárias, entretanto, ameaçam algumas dessas nações emergentes, principalmente devido à alta nos preços das commodities e dos alimentos e considerando os elevados fluxos de capitais de curto prazo para esses países. A ação destes países, no combate na elevação dos índices de inflação, eleva a possibilidade de um patamar menor de crescimento da economia global.

As taxas de juros devem continuar reduzidas e com juros reais negativos nos países desenvolvidos, principalmente nos Estados Unidos e Japão. O Banco Central europeu inverteu sua tendência de elevação da taxa básica de juros, em sua reunião de 06 de outubro. A taxa básica foi reduzida de 1,5% para 1,25% e pode-se esperar nova redução em 2012.

Há uma clara tendência de queda do Dólar norte-americano em relação a outras moedas em razão da política monetária expansionista norte americana, e considerando a necessidade do país em ampliar as exportações e, além disso, reduzir as importações. O Euro está sujeito à instabilidade e à volatilidade. As moedas dos países asiáticos deverão permanecer desvalorizadas em virtude das políticas governamentais de incentivo às exportações, tendência de valorização das moedas dos países exportadores de commodities.

### **Cenário Nacional**

Há um consenso entre os analistas do mercado financeiro de que a economia brasileira deverá crescer em torno de 3,50% em 2012. Já o Governo acredita em uma expansão maior da economia. Para o Ministério da Fazenda, o PIB deve apresentar evolução da ordem de 5,0%. Em nossa avaliação, a economia brasileira deve apresentar evolução de 4,0%. As grandes obras de infraestrutura e de construção civil devem aquecer o mercado de trabalho e estimular a evolução do mercado interno.

As principais ameaças ao atual cenário dizem respeito ao desaquecimento mundial e à elevação dos níveis inflacionários.

A política monetária conduzida pelo Banco Central tem como alvo a manutenção de um crescimento sustentável em torno dos 5% em 2012. A autoridade monetária, com uma postura de maior austeridade para política fiscal do Governo Federal, deu início à flexibilização da política monetária, combinando juros baixos e expansão econômica em torno dos 4,5%. Em 2011, a expectativa de crescimento é 3,16%, para o Brasil.

Nossa expectativa é que a economia cresça 4,57%. O PIB brasileiro deverá marcar R\$ 4 trilhões, por sua vez, o PIB per capita do Brasil deverá ser R\$ 20 mil.

Na avaliação dos analistas do mercado financeiro é de que o Banco Central passou a privilegiar um cenário econômico combinando um baixo nível da taxa de juros e busca de crescimento sustentável que varia entre 3,5% e 4,0%. O cenário externo é nebuloso, em termos de crescimento e isso deverá impactar positivamente a inflação doméstica. Os setores de alimentos, bebidas e serviços são os que mais pressionam os índices inflacionários. Estes estão diretamente ligados ao mercado doméstico, com emprego e massa salarial crescendo de forma consistente.

Ainda não é possível avaliar se a desvalorização do R\$/US\$ terá um efeito líquido inflacionário. Nossa projeção para o índice oficial de inflação para 2012 é da ordem de 4,5%.

O agravamento da escalada dos índices de inflação e a alta do Dólar deverão fazer com que Copom mantenha ou até eleve o ritmo de redução da Taxa Selic. Outro fato que nos leva a acreditar em uma queda mais consistente da taxa básica de juros são as declarações do presidente do BACEN, Alexandre Tombini, sobre a necessidade de desindexação da economia, especialmente com a disposição de alterar a fórmula de cálculo da caderneta de poupança. A autoridade monetária tem destinado cada vez menos espaço ao comportamento das expectativas inflacionárias, em suas avaliações sobre o cenário prospectivo para a inflação. O mercado volta a sua atenção para a taxa de câmbio. Assim sendo, nossa expectativa é que a taxa Selic fique entre 9,75 e 10% já no primeiro trimestre de 2012. A redução poderá ser mais drástica, em função do cenário internacional e da redução do ritmo da atividade interna.

Com a atenção da autoridade monetária, agora voltada para a flexibilização da política monetária, com a redução da taxa de juros, a grande

dúvida está relacionada à taxa de câmbio. O que explica esta desvalorização acentuada da moeda brasileira é, em grande parte, o aumento do sentimento de aversão ao risco global. Se a situação norte americana e europeia piorar, a corrida para o Dólar e sua valorização nos vários mercados será natural. No longo prazo, o Dólar deve se desvalorizar, porque os fundamentos do crescimento da economia brasileira são sólidos. Nossa expectativa não é diferente da maioria dos agentes do mercado financeiro e a taxa (R\$/US\$) no encerramento de 2012 deve ser de 1,75. Ao longo do ano, a volatilidade deverá continuar, sobretudo no primeiro semestre.

Em resumo, o mercado financeiro, deve ainda apresentar grande volatilidade ao longo de 2012, sobretudo no segmento de renda variável. Caso todas as projeções se confirmem, a busca pelo objetivo de rentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência deve ficar mais difícil, uma vez que a meta atuarial projetada para o ano que vem é de 10,77%, enquanto a taxa de juros esperada está abaixo desta expectativa.

Em relação ao mercado de ações temos a expectativa de uma valorização em torno de 15% para o próximo ano, entretanto, a volatilidade deve permanecer. Uma solução negociada para a crise na Zona do Euro e a melhora no cenário macroeconômico norte americano podem potencializar o retorno da bolsa e reduzir o risco de oscilação do índice, mas o mercado não trabalha com esta hipótese no curto prazo.

Os gestores dos Regimes Próprios de Previdência deverão adotar uma gestão mais ágil da carteira, observando mais atentamente o mercado e promovendo alterações da carteira sempre que o cenário exigir.

#### **4 – MODELO DE GESTÃO**

De acordo com as hipóteses previstas na legislação (Resolução Nº 3922/10 do Conselho Monetário Nacional), a aplicação dos ativos poderá ser realizada por gestão própria, terceirizada ou mista.

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA-IPMH, nos termos da

Resolução 3.922/10, fará a gestão das aplicações de seus recursos por meio de Gestão Própria, onde o total dos recursos ficará sob a responsabilidade do RPPS, com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência, conforme exigência da Portaria 155/08.

## **5 – ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS**

Ao efetivar uma aplicação, a gestão deste RPPS verificará o enquadramento do produto, seu histórico de rentabilidade, riscos e perspectiva de rentabilidade satisfatória no horizonte econômico esperado.

Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM. A gestão deste RPPS sempre fará a comparação dos investimentos com a sua meta atuarial para identificar aqueles com rentabilidade insatisfatória, ou inadequação ao cenário econômico, visando possíveis indicações de solicitação de resgate.

### **5.1 – Objetivos da Gestão de Alocação**

A gestão da alocação entre os segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS, e deverão ser aplicados de forma a buscar um retorno superior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescido de uma taxa de juros de 6% a.a., observando-se sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequadas ao atendimento dos compromissos atuariais.

## **5.2 – Segmentos de Aplicação**

Esta Política de Investimentos é determinada em concordância com a Resolução CMN n.º 3922/10, e prevê os seguintes segmentos de atuação:

- **Segmento de Renda Fixa**

As aplicações dos recursos financeiros do RPPS em ativos de renda fixa poderão ser feitas por meio de carteira própria e/ou fundos de investimento abertos ou fechados, os quais deverão estar aptos a receber aplicações desta categoria de cotista, segundo a legislação em vigor.

- **Segmento de Renda Variável**

As aplicações dos recursos financeiros do RPPS em ativos de renda variável poderão ser feitas por meio de carteira própria e/ou fundos de investimento.

- **Segmento de Imóveis**

Conforme o artigo 9º da Resolução CMN no. 3922/10, as alocações no segmento de imóveis serão efetuadas, exclusivamente, com os imóveis vinculados por lei ao Regime Próprio de Previdência Social.

## **5.3 – Metodologia de Gestão de Alocação**

A definição estratégica da alocação de recursos nos segmentos acima identificados foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos para os próximos 12 meses, onde os cenários de investimentos foram traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional e internacional, da análise do panorama político e do comportamento das principais variáveis econômicas, conforme já descritos anteriormente.

- **Risco de Mercado**

O IPMH adotará o VaR - Value-at-Risk para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo do mesmo:

- Modelo não paramétrico;
- Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento);
- Horizonte temporal de 21 dias úteis.

Os limites estabelecidos são:

- Segmento de Renda Fixa: 2% do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Renda Variável: 18% do valor alocado neste segmento.

- **Risco de Crédito**

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS, que exijam classificação do risco e crédito das emissões e dos emitentes (instituições financeiras) serão considerados como de baixo risco os que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

<b>Agência Classificadora de Risco</b>	<b>Rating Mínimo</b>
<b>Standard &amp; Poors</b>	<b>brAA</b>
<b>Moodys</b>	<b>Baa.br</b>
<b>Fitch Rating</b>	<b>AAA(bra)</b>
<b>SR Rating</b>	<b>brAA</b>
<b>Austin Asis</b>	<b>AA</b>
<b>Risk Bank</b>	<b>Baixo Risco para Longo Prazo</b>

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente autorizadas a operar no Brasil e utilizam “rating” para classificar o nível de risco de uma instituição, fundo de investimentos e dos ativos integrantes de sua carteira.

## **6 – DIRETRIZES PARA GESTÃO DOS SEGMENTOS**

### **6.1 – Metodologia de Seleção dos Investimentos**

As estratégias e carteiras dos segmentos de Renda Fixa e Variável serão definidas, periodicamente, pelo gestor(es) externo(s), no caso dos recursos geridos por meio de aplicação em Fundos e/ou carteiras administradas, e pela Superintendência e Conselhos, quando carteira própria, ressaltando que as informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos são obtidas de fontes públicas (base de dados públicas e de consultorias).

### **6.2 – Renda Fixa**

- **Tipo de Gestão**

O RPPS adotou por uma gestão com perfil mais conservador, não se expondo a altos níveis de risco, mas também, buscando prêmios em relação ao *benchmark* adotado para a carteira.

- **Ativos Autorizados**

Serão considerados ativos elegíveis para o segmento de renda fixa, os títulos e valores mobiliários permitidos pela legislação vigente aplicável aos Regimes Próprio de Previdência Social.

As aplicações em títulos ou valores mobiliários de emissão de uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum, não podem exceder, no seu conjunto, 20% (vinte por cento) dos recursos em moeda corrente do regime próprio de previdência social.

Neste contexto, obedecendo-se os limites permitidos pela Resolução CMN nº 3922/10, propõe-se adotar o limite de no mínimo 80% (oitenta por cento) e no máximo 100% (cem por cento) das aplicações no segmento de renda fixa.

### **6.3 – Renda Variável**

- **Tipo de Gestão**

O RPPS optou por uma gestão com perfil mais conservador, observando os índices da BM&F Bovespa mas tradicionais, não se expondo a altos níveis de risco, mas buscando diversificação da sua carteira, visando proporcionar melhores condições para o atingimento da meta atuarial.

- **Ativos Autorizados**

Serão considerados ativos elegíveis para o segmento de renda variável, os ativos permitidos pela legislação vigente aplicável aos Regimes Próprio de Previdência Social, devendo-se observar a classificação de risco dos ativos e das instituições financeiras vinculadas.

Em relação ao segmento de renda variável, cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não poderão exceder a 30% (trinta por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente do Regime Próprio de Previdência Social.

### **6.4 – Imóveis**

Até 100% desde que respeitada a regra de alocação dos recursos neste segmento (art. 9º da Resolução 3.922/10)

## **6.5 - Objetivos de Alocação**

É importante ressaltar que, seja qual for a alocação de ativos, o mercado apresentará períodos adversos, ao menos em parte da carteira. Daí ser imperativo um horizonte de tempo que possa ajustar essas flutuações e permitir a recuperação da ocorrência de ocasionais perdas.

Desta forma, o IPMH deve manter-se fiel à política de investimentos definida originalmente a partir do seu perfil de risco. E de forma organizada, remanejar a alocação inicial em momentos de alta (vendendo) ou baixa (comprando) com o objetivo de rebalancear sua carteira de investimentos. Três virtudes básicas de um bom investidor são fundamentais: disciplina, paciência e diversificação.

As aplicações realizadas pelo Instituto passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizadas algumas ferramentas disponíveis no mercado, como o histórico de cotas de fundos de investimentos, abertura de carteira de investimentos, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras.

Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimentos, será feita uma análise do gestor/emissor e da taxa de administração cobrada. Esses investimentos serão controlados através de uma valorização diária da carteira consolidada e por aplicação, e constantemente serão avaliados através de acompanhamento de desempenho, da abertura da composição das carteiras e avaliações de ativos da carteira própria. As avaliações são feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisão, de forma a aperfeiçoar o retorno da carteira e minimizar riscos.

Em resumo, os investimentos do Instituto, em 2012, seguirão a seguinte distribuição:

<b>OBJETIVO DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO E CARTEIRA</b>		
<b>Alocação dos Recursos/Diversificação</b>	<b>Alocação dos recursos</b>	
	<b>Limite Resolução %</b>	<b>Limite Alocação %</b>
<b>Renda Fixa - Art. 7º</b>	100	
Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a"	100	0
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100	70
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15	0
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80	25
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30	20
Poupança - Art. 7º, V	20	0
FI em Direitos Creditórios - aberto - Art. 7º, VI	15	0
FI em Direitos Creditórios - fechado - Art. 7º, VII, "a"	5	0
FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	5	5
<b>Total do segmento</b>		
<b>Renda Variável - Art. 8º</b>		
FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	30	0
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20	0
FI em Ações - Art. 8º, III	15	0
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5	5
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5	0
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5	0
<b>Total do segmento</b>		5
<b>Total Geral</b>		125

## 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA-IPMH foi discutida e aprovada em 21/12/2011, conforme ata da reunião do Conselho Administrativo e Fiscal do IPMH, podendo ser revista no curso de sua execução e monitorada no curto prazo, sendo que o prazo de validade compreenderá o ano de 2012.

As informações contidas na presente política e suas revisões deverão ser disponibilizadas pelo IPMH aos participantes, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da sua aprovação. A divulgação aos participantes será por meio eletrônico, no site do IPMH: [www.ipmh.com.br](http://www.ipmh.com.br) e impresso afixado em mural próprio de Editais na sede da Autarquia.

O gestor responsável pela aplicação dos recursos do IPMH é o Sr. Charles José Lopes, Superintendente Chefe, CPF 436.441.046-20, com certificação pela ANBID válida até 09/09/2014.

Holambra, 21/12/2011.

Assinaturas:

ANDREA CARLOS DE MELO

ALESSANDRA KELLEN B. GALO

ALESSANDRO DE PAULA

ANA PAULA MARTINS RAMOS

CAMILA MARIA GUIMARO

CRISTIANE ROSELUX B DURANTE

FÁBIO ALVARENGA

FLAVIA SCHONEBOOM RIETJENS

LIDIA GUAGLIANO P. DE SOUZA

IRENE MARIA ELTINK